



CPI dos Transgênicos define agenda

Comissão parlamentar de inquérito criada para investigar contrabando e plantio de sementes de soja geneticamente modificadas realiza nesta quarta-feira reunião para definir calendário de atividades. Os senadores apresentarão sugestões de nomes de depoentes.

Página 3

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX – Nº 1.832 – Brasília, segunda-feira, 24 de novembro de 2003

Plenário vota amanhã a reforma da Previdência

Sem qualquer alteração desde que saiu da Câmara dos Deputados, a reforma da Previdência enfrenta amanhã sua mais importante votação no Plenário do Senado. Oposição anuncia que apresentará dezenas de requerimentos na tentativa de mudar a proposta original

Página 5

Conselho lembra 180 anos da Lei de Imprensa

Conselho de Comunicação Social do Congresso promove hoje reunião especial para comemorar os 180 anos da primeira Lei de Imprensa do Brasil.

Página 3

Aplicação de recursos do FAT por cooperativa no crédito rural

Comissão de Assuntos Econômicos deve examinar amanhã projeto de Serys Slhessarenko que abre nova possibilidade para bancos cooperativos.

Página 3



PARLAMENTARES NEGROS

José Sarney critica preconceitos ao abrir o 1º Encontro de Parlamentares Negros e Negras das Américas e do Caribe

Página 6

Acidentes no trânsito matam por ano mais de 30 mil

A educação e a conscientização de todos que transitam pelas vias do país podem reduzir a dimensão de uma tragédia nacional. Esse é o tema do Especial Cidadania de hoje.

Página 8





Célio Azevedo

OBSTÁCULO Burocracia impede redistribuição de docentes do antigo território, diz Raupp

Raupp faz apelo por professores de Rondônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) solidarizou-se com professores do antigo território de Rondônia que estão tendo dificuldades para ser recolocados em escolas ou universidades federais. Ele destacou diversos obstáculos, entre os quais a morosidade da burocracia; a legislação, que ignora a situação desses professores; e medidas definidas pelo governo passado.

– O governo Fernando Henrique cometeu uma das maiores injustiças contra esses professores. Em vez de aumentar os salários defasados, instituiu a Gratificação de Incentivo ao Magistério (GID). Como se não bastasse, determinou que a GID não fosse paga aos professores federais dos ex-territórios, que foram duplamente sacrificados. Além de receberem salários insuficientes, não têm direito à referida gratificação.

Valdir Raupp disse que tem "plena confiança" de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não permitirá que esses professores continuem sendo prejudicados em seus rendimentos. Ele espera que o governo estabeleça um tratamento diferenciado aos docentes.

Agenda

Trabalhos do Plenário são transmitidos ao vivo

Destinada a comunicados da Mesa e a pronúncias dos parlamentares, a sessão de hoje, às 14h30, será não deliberativa, não havendo votação de matérias. Os trabalhos dos senadores em

Plenário são transmitidos ao vivo pela TV e pela Rádio Senado, contando ainda com cobertura em tempo real, realizada pela Agência Senado na Internet, no endereço www.senado.gov.br.



Senadores debatem na TV Senado

A TV Senado exibe hoje, às 19h30, debate sobre a reforma tributária com o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – foto – e o presidente do Sebrae Nacional, Silvano Gianni, no programa *Cidadania*. Às 20h30, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – foto – fala sobre orçamento impositivo, no programa *Entrevista*.



Conselho comemora 180 anos da primeira Lei de Imprensa

O Conselho de Comunicação Social realiza hoje, às 14h, reunião especial em comemoração aos 180 anos da primeira Lei de Imprensa brasileira. A solenidade terá a participação dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, além de diversas outras autoridades.

Seminário discute mídia e questões raciais

Tem início amanhã o "Seminário Internacional Democracia e Comunicação – O Imperativo da Inclusão", no auditório do Interlegis. O evento, que vai até o dia 27 e debate a relação entre

mídia e discriminação racial, terá a presença do senador Paulo Paim (PT-RS) e da ministra Matilde Ribeiro (foto), da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial.



Congresso discute política de turismo

O Congresso Nacional realiza, amanhã e quarta-feira, o "5º Congresso Brasileiro da Atividade Turística", juntamente com o "1º Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento". O evento vai discutir o Plano Nacional de Turismo, lançado pelo governo federal, que aponta metas e diretrizes para o desenvolvimento do setor. Inscrições pelo site www.senado.gov.br ou pelo telefone (61) 329-9586.

Cerimônia pela não violência

Será realizada sessão solene do Congresso Nacional, amanhã às 10h, em homenagem ao Dia Internacional pela Não Violência contra a Mulher. A cerimônia, no Plenário do Senado, é uma iniciativa da bancada feminina do Congresso Nacional e contará com a presença da ministra da Questão da Mulher do Canadá, Jean Augustine.

Diploma Mulher-Cidadã

Termina no dia 1º de dezembro o prazo para a indicação de candidatas ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, homenagem a brasileiras que contribuem na defesa dos direitos das mulheres. Serão escolhidas cinco brasileiras para receber o prêmio. A indicação deve ser encaminhada à Mesa do Senado. Informações pelos telefones (61) 311-2291 ou 311-2297.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Ana Júlia elogia recuperação da Belém-Brasília

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) destacou a recuperação e manutenção dos 2.061 quilômetros de extensão da BR-010, a rodovia Belém-Brasília. A parlamentar acompanhou o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, em visita a Belém, ocasião em que foi assinado convênio para início das obras da rodovia, além de termo de cooperação técnica entre a pasta e a prefeitura de Belém para continuidade de obra de adequação da principal via de acesso à capital paraense.



Célio Azevedo

Obras serão de grande utilidade, afirma Ana Júlia

Segundo afirmou, a realização desses serviços atende a uma reivindicação histórica da população do Pará, Tocantins e Goiás, estados cortados pela Belém-Brasília, e foi viabilizada graças aos esforços de parlamentares, entidades da sociedade civil e autoridades do Poder Executivo.

– Ações como essa estão sendo possíveis sobretudo pela disposição do governo Lula de dialogar com a sociedade – declarou a senadora.

Ministro do TCU parabeniza o Legislativo

Os 180 anos do Congresso Nacional, comemorados este ano, foram lembrados pelo ministro do Tribunal de Contas da União Walton Alencar Rodrigues. Ele parabenizou as duas Casas legislativas, que, na sua opinião, são o epicentro do aprimoramento das liberdades e da democracia brasileira.

– Parabéns ao Congresso Nacional, protagonista de todas as alterações institucionais no país, por seus 180 anos de participação marcante na vida nacional – disse.

Para o ministro, cabe ao Legislativo a responsabilidade inicial na concretização dos objetivos da República, já que aqui são discutidas todas as mudanças constitucionais.

– O Congresso é o mediador privilegiado das manifestações da vontade popular – finalizou Walton Rodrigues.



Roosevelt Pinheiro

ESTRATÉGIA Para Maguito Vilela, desarmamento deve ser adotado com outras medidas

Maguito cobra presença de mais polícia nas ruas

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu, em discurso, o aumento do efetivo policial para deter a violência no Brasil. Ele sugeriu que o trabalho burocrático da polícia seja terceirizado, de modo a liberar soldados para atuar nas ruas. Além disso, ressaltou que os investimentos em segurança pública são urgentes e prioritários.

– Para se ter uma idéia da escalada do problema, há seis anos Goiânia era apontada como a quinta cidade mais segura do Brasil. A capital do meu estado é agora vítima de uma onda de assaltos a residências que não escolhe vítimas – afirmou, informando que 80% dos brasileiros têm medo de ser vítimas de qualquer tipo de violência, especialmente assaltos e roubos.

Maguito disse que o Estatuto do Desarmamento é importante solução para o problema porque poderá diminuir o porte de armas de fogo. Mas advertiu que “desarmar a população é medida que não pode ser tomada isoladamente”.

Conselho de Ética ouve Leonel Brizola

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se amanhã, às 17h, para ouvir depoimento do presidente nacional do PDT, Leonel Brizola. Ele apresentou representação contra o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que durante a campanha eleitoral de 1998 teria assinado um documento comprometendo-se a renunciar, ao completar a metade de seus oito anos de mandato, em favor do suplente Carlos Lupi, integrante do PDT.

Comissão decide se banco cooperativo poderá utilizar os recursos do FAT

Projeto da senadora Serys Slhessarenko conta com parecer favorável do relator, Osmar Dias

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá votar amanhã projeto que permite a aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em crédito rural pelos bancos cooperativos. De autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a proposta (PLS nº 320/03) recebeu parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR).

Segundo a senadora, não é justificável que os bancos cooperativos, controlados por cooperativas de crédito, em grande maioria agrícolas, não possam aplicar em crédito rural. Quando um produtor rural precisa de um empréstimo tem que recorrer ao Banco do Brasil ou a outro banco público.

Distribuídas por todo o país, as cooperativas de crédito rural, cujos associados são agricultores, estão presentes e devidamente estruturadas em aproximadamente 1,3 mil municípios. Valendo-se de outras fontes de recursos – as linhas de investimento do Banco Nacio-



Célio Azevedo

FOMENTO CAE também examina proposta que fixa prioridades para aplicação de dinheiro do BNDES

nal de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos bancos regionais de desenvolvimento –, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito têm longa tradição no crédito rural. Assim, no entender da senadora, estariam habilitados a operar também com recursos do FAT.

A CAE tem em sua pauta para amanhã outros 11 itens. Poderá ser apreciado, entre outros, projeto (PLS nº 207/00) de autoria do senador Osmar Dias, com parecer favorável do senador Almeida Lima (PDT-SE),

que estabelece prioridades para a aplicação dos recursos do BNDES. O autor propõe que 85% das disponibilidades do banco sejam aplicados em financiamento a empresas de capital nacional. Além disso, o projeto estabelece que no mínimo 35% sejam aplicados em financiamentos à indústria da construção civil, com prioridade para a habitação.

A CAE poderá votar ainda, entre outros, projeto (PLS nº 60/02) de autoria do senador Osmar Dias dispoendo sobre o parcelamento, em até 240 me-

ses, dos débitos de estados e municípios com o Pasep; projeto (PLS nº 206/02) de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os equipamentos, aparelhos e materiais educativos destinados aos portadores de deficiência visual; e o projeto (PLC nº 103/01), de autoria do deputado Wilson Santos, que eleva a alíquota do Imposto de Renda sobre remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras.

CPI dos Transgênicos define agenda na quarta

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transgênicos, criada para investigar o contrabando e o plantio ilegal de sementes de soja geneticamente modificadas no Brasil, realiza nesta quarta-feira reunião administrativa para definir seu calendário de atividades. Os parlamentares apresentarão sugestões de nomes de depoentes na CPI. Com 11 integrantes, a comissão tem 60 dias para concluir seus trabalhos, apurando as responsabilidades no comércio ilegal de soja transgênica. O presidente da



Célio Azevedo

PLANO Presidida por Capiberibe, comissão define atividades

CPI é o senador João Capiberibe (PSB-AP), que tem como vice o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). O relator é o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

Conselho celebra 180 anos da primeira Lei de Imprensa

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional promove hoje, a partir das 14h, reunião especial em comemoração aos 180 anos da edição da primeira Lei de Imprensa do Brasil. A celebração da data, que coincide com os 180 anos do Parlamento brasileiro, deve ser prestigiada pelo presidente do Congresso, senador José Sarney, pelo presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, ministros Maurício Corrêa e Sepúlveda Pertence, respectivamente, e pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Essa sessão comemorativa contará com exposição do professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco

(UFPE) Luiz Maranhão Filho, que irá discorrer sobre a história da legislação brasileira de imprensa. Em seguida, irão abordar o tema o deputado Vilmar Rocha (PFL-GO), relator do novo projeto da Lei de Imprensa, em tramitação na Câmara, e o conselheiro Carlos Chagas, professor da Universidade de Brasília (UnB).

Presidido pelo advogado José Paulo Cavalcanti Filho, o Conselho de Comunicação Social iniciou seus trabalhos em junho de 2002 e hoje dispõe de cinco comissões temáticas encarregadas de estudar e emitir pareceres sobre os seguintes assuntos: regionalização e qualidade da programação, tecnologia digital, radiodifusão comunitária, TV a cabo e concentração de propriedade dos meios de comunicação social.

Waldemir Rodrigues



DIÁLOGO Durante visita ao Senado, Carlão (D), embaixador olímpico do projeto, encontrou-se com o líder do PT, Tião Viana (E)

Jogador de vôlei divulga o programa Fome Zero

Carlão, ex-integrante da seleção brasileira de vôlei, esteve sexta-feira no Senado para divulgar o programa Fome Zero. Embaixador olímpico desse projeto do governo Lula, ele encontrou-se com o senador Tião Viana (PT-AC). Carlão já visitou cerca de 16 estados, difundindo ações do governo federal, juntamente com outros atletas.

O jogador pediu maior incentivo ao esporte nacional. Em entrevista à Rádio Senado, ressaltou o papel social do esporte. “É muito importante que o

cidadão brasileiro saiba que o esporte é uma maneira de inserção social. Todos os projetos da área atualmente envolvem também cultura e educação.”

Carlão falou da importância de uma participação mais ativa da população nos programas sociais.

– O brasileiro, de modo geral, se doa muito pouco. Não se trata de doações materiais, mas de sentimentos, o que é muito importante. É maravilhoso visitar um hospital e arrancar um sorriso do rosto de uma criança – ressaltou o jogador.

Valmir Amaral cobra política cultural no país

Ao questionar o papel que o Estado vem exercendo para estimular a cultura do país, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) afirmou que a política cultural não pode se sustentar apenas com incentivos fiscais. De acordo com o senador, o êxito de iniciativas como as leis de incentivo à cultura – Lei Rouanet e Lei do Audiovisual – não devem diminuir os esforços por uma política pública específica para o setor.

Na opinião de Valmir Amaral, um programa político norteado pelo conceito de democratização da cultura deve incentivar



ESFORÇO Valmir Amaral defende estímulos para dinamizar as produções locais

os estados a abrirem seus espaços para as produções locais, uma vez que as grandes produções nacionais geralmente contam com patrocínios e financiamentos. Quanto à situação de Brasília, o senador disse que a capital reproduz problemática idêntica à dos estados.

Maria do Carmo quer ação contra o trabalho infantil

■ Senadora pede posicionamento da CAS diante do aumento de crianças excluídas de programa

O crescimento do trabalho infantil no país em 2003 levou a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) a apelar por um posicionamento da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) diante do “aumento desastroso” no número de crianças excluídas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

– Hoje, pela descontinuidade do pagamento e pela falta de compromisso do Ministério da Assistência e Promoção Social, alguns dos programas que complementavam o Peti foram desmobilizados – lamentou.

Com base em levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Maria do Carmo informou ao Ple-



ESTATÍSTICA Maria do Carmo destaca que 132 mil crianças de 10 a 14 anos estão trabalhando

nário do Senado que, atualmente, 132 mil crianças entre 10 e 14 anos atuam no mercado informal de trabalho. De janeiro a novembro deste ano, o órgão aponta um crescimento entre 50% e 73% nas estatísticas do trabalho infantil no país. Além de ser proibida por lei, essa prática, advertiu a senadora pefelista, “é desastrosa para a sociedade como um todo”.

– Uma criança que trabalha normalmente não vai à escola;

se ela vai à escola, chega cansada em casa, sem vontade de estudar. Uma criança que trabalha torna-se adulta muito mais cedo do que qualquer outra. Não perde só a inocência da infância, mas perde a oportunidade de construir a sua vida, de desenvolver um olhar mais ameno a respeito dos problemas sociais e da sua própria cidadania – alertou.

Na opinião de Maria do Carmo, a reversão desse quadro passa por uma visão mais estruturada sobre a educação para o trabalho. E considerou ainda a necessidade de o desenvolvimento econômico ocorrer em paralelo ao desenvolvimento social.

– Não adianta nossas empresas estarem crescendo se a pobreza está aumentando – afirmou, assinalando a íntima relação, ressaltada pela pesquisa do IBGE, entre a queda da renda do trabalhador e o crescente índice de desemprego com o avanço do trabalho infantil.

Sibá: reforma agrária dará emprego a milhões

O senador Sibá Machado (PT-AC) disse estar convicto de que nos próximos três anos o governo Lula irá criar mecanismos para gerar milhões de empregos em todo o país, por meio da implantação de uma reforma agrária justa e que conte com a participação de setores da iniciativa privada e dos governos estaduais.

Na sua opinião, os primeiros passos nessa direção foram dados com o anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária, que, segundo informou, está sendo elaborado para ser um instrumento legal e democrático de acesso a terra. Para o senador, é chegada a hora de se fazer justiça com uma verda-



OTIMISMO Sibá diz que governo Lula reúne condições para “democratizar a terra”

deira reforma agrária.

Sibá Machado previu que uma reforma agrária bem feita irá provocar novo reordenamento das terras no país, com

reflexos positivos na produção. Ele reconheceu a importância de investimentos maciços na agricultura para que o agronegócio brasileiro tenha maior competitividade no exterior, mas lembrou também que a agricultura familiar é o caminho natural para que seja garantida a segurança alimentar de milhões de brasileiros.

– Parece que a reforma agrária no Brasil deixou de ser sinônimo de guerra e um caso de polícia, como sempre foi encarada ao longo dos séculos – afirmou Sibá Machado, para quem “nenhum outro governo teria as condições que o governo Lula reúne para democratizar a terra”.

Célio Azeredo



Educação examina uso do FGTS no pagamento de anuidade

A Comissão de Educação (CE) examina amanhã, a partir das 10h, parecer do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) sobre o projeto de lei (PLS nº 287/03) do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – foto – que permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no paga-

mento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes de até 24 anos de idade.

No relatório, o senador Sérgio Guerra oferece emenda e rejeita o projeto de lei (PLS nº 223/03) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que tramitava em conjunto.

A CE também vai analisar o substitutivo do senador João Capiberibe (PSB-AP) ao projeto de lei (PLS nº 120/03) do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que dispõe sobre a cobrança de taxas de inscrições em vestibulares. Outro parecer a ser examinado é o do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-

RR), que decidiu favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara nº 35/00. A proposta determina a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertência sobre a proibição de sua venda a menores de 18 anos e a sua prejudicialidade à saúde.

REFORMAS Tem início amanhã em Plenário a votação das mudanças na Previdência, que afetam 6,8 milhões de servidores. Proposta é criticada em discursos de José Jorge, Alvaro Dias, Heloísa Helena e Mão Santa

Mão Santa convoca PMDB a lutar em favor de aposentados

Depois de ler declarações do ex-presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, feitas em convenção nacional do partido, em 1991, o senador Mão Santa (PMDB-PI) conclamou na sexta-feira todos os peemedebistas a lutar em defesa do aposentado, da pensionista "amedrontada", do deficiente "abandonado" e do pobre "que vai ter de trabalhar muito mais para se aposentar".



Mão Santa também registrou o transcurso, na última quinta-feira, do Dia Nacional da Consciência Negra, e prestou uma homenagem à ex-deputada piauiense Francisca Trindade, do PT, que morreu no início do mandato. Segundo o senador, a ex-deputada continuou a luta de Zumbi e da princesa Isabel.

Heloísa adverte que paralela não garante paridade a todos

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) alertou na sexta-feira que a proposta paralela da reforma da Previdência, que foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na última quinta-feira, não garante a paridade de vencimentos a todos os servidores que vierem a se aposentar com relação à remuneração e os reajustes salariais concedidos aos servidores públicos que se encontram em atividade. Segundo informou, a proposta do senador Tião Viana (PT-AC) condiciona a paridade somente aos servidores que se aposentarem com 25 anos de serviço público, 15 anos na mesma carreira e cinco anos no mesmo cargo, desde que tenham 60 anos de idade.

Heloísa Helena concedeu essas informações depois de comunicar que recebeu vários telefonemas de pessoas indagando se a paridade estaria garantida a todos os servidores que vierem a se aposentar.

Alvaro Dias aponta "postura perversa" do governo

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou a imagem do ex-deputado Ulysses Guimarães, com quem conviveu, para exortar os parlamentares a votar a proposta de reforma da Previdência, amanhã, de acordo com as suas próprias consciências e com liberdade para expressar o "inconformismo" de cada um. Ele fez duras críticas à maneira como o governo conduziu as negociações sobre as mudanças no sistema previdenciário no Congresso Nacional. Alvaro apontou o que chamou de "postura perversa" do governo em relação às questões sociais do país.



José Jorge: proposta paralela é "exercício de enganação"

O senador José Jorge (PFL-PE) classificou na sexta-feira a emenda paralela da Previdência como um engodo, um "exercício de enganação" que o governo estaria fazendo com os congressistas e, principalmente, com a opinião pública do país. Segundo ele, basta observar os prazos de tramitação de uma proposta de emenda à Constituição na Câmara dos Deputados para perceber que o processo leva, no mínimo, seis meses.

José Jorge condenou a decisão do governo de não corrigir a tabela das alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Física. Ele lembrou que o PT passou anos criticando o governo anterior por causa dessa medida e agora o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, afirmou que somente corrigirá a tabela para aqueles que ganham até R\$ 1.000.



Plenário vota amanhã a emenda da Previdência

A reforma da Previdência terá nesta semana sua mais importante votação no Senado, agora já no Plenário. Até o momento, a reforma não recebeu qualquer mudança, prevalecendo o texto que saiu da Câmara dos Deputados, e, caso continue assim, as alterações no sistema previdenciário do país poderão ser promulgadas possivelmente ainda na primeira quinzena de dezembro. A votação deve começar amanhã e pode se prolongar até o dia seguinte.

A votação desta semana será a primeira de Plenário (são necessárias duas) e é decisiva porque dificilmente será modificada na segunda votação, a qual

deve ocorrer na primeira semana de dezembro. Só nessa primeira votação é possível promover mudanças de conteúdo.

Os partidos de oposição (PFL e PSDB) e o independente PDT pretendem apresentar dezenas de requerimentos tentando aprovar emendas que modifiquem a proposta original. Para aprovar a reforma, o governo precisa de 49 votos dos 81 senadores. No caso de emendas, são os seus autores que necessitam de 49 votos.

Para evitar que a reforma tenha de voltar ao exame dos deputados, os governistas apresentaram a chamada emenda paralela da Previdência, a qual

contém as alterações que o governo aceitou fazer à reforma.

Os senadores poderão apresentar amanhã requerimentos para votação de forma separada de qualquer uma das 224 emendas apresentadas em Plenário há cerca de um mês e rejeitadas na CCJ, por recomendação do relator Tião Viana (PT-AC). Outras 112 emendas de Plenário não foram rejeitadas pelo relator, mas transferidas para uma segunda emenda paralela que ele pretende propor – regimentalmente ele não podia repassar essas emendas para a primeira emenda paralela, mas as duas deverão ser juntadas mais tarde.

Aécio mantém posição sobre subteto

O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, disse na sexta-feira ao presidente do Senado, José Sarney, aos líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e ao vice-líder do PMDB, senador Romero Jucá (RR), que não pode abrir mão do subteto salarial com base no salário dos governadores.

– Conheço o problema dos meus colegas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mas é preciso encontrar uma solução específica para eles que mantenha o princípio do subteto – afirmou Aécio, depois de uma hora e meia de reunião.

O líder do governo informou que haverá hoje uma reunião com o governador Germano



NEGOCIAÇÃO Aécio Neves (D) reuniu-se por uma hora e meia com Romero Jucá (E), Arthur Virgílio e Aloizio Mercadante

Rigotto, do Rio Grande do Sul, para que se encontre uma solução. "O governo federal, em nenhum momento, cogitou de abrir mão do subteto nos esta-

dos com base no salário do governador", informou Mercadante. "Vamos trabalhar em busca de um acordo que não prejudique ninguém."

Mudanças afetam 6,8 milhões de servidores

A reforma da Previdência mexe com as aposentadorias de 6,8 milhões de brasileiros que trabalham ou se aposentaram no serviço público da União, dos estados e dos municípios – 3,2 milhões de inativos e 3,6 milhões de ativos.

Dos inativos, será cobrada contribuição previdenciária de 11% sobre a parcela de salário que passar de R\$ 1.200 (estados e municípios) e de R\$ 1.440 (União). Dos ativos, a reforma pode tirar a paridade salarial, quando eles se aposentarem

(reajuste salarial idêntico para ativos e inativos). A reforma aumenta ainda em sete anos a idade para um servidor pedir aposentadoria – 55 anos para mulher e 60 para homens.

A reforma aprovada pela Câmara acaba com a paridade para quem está hoje no serviço público, mas o governo admitiu conceder a paridade para quem trabalhar no mínimo 25 anos no serviço público. Essa mudança foi colocada na emenda paralela, contestada pela oposição, sob o argumen-

to de que não há garantia de que será mesmo votada depois pelos deputados.

Outro ponto muito criticado pelos oposicionistas é a mudança na concessão de novas pensões. Haverá um corte de 30% sobre a parcela que passar de R\$ 2.400 e, durante as negociações no Senado, os governistas concordaram em subir para R\$ 4.800, desde que o pensionista tenha doença incapacitante. Para os outros pensionistas, continua o limite de R\$ 2.400.

Eurípedes Camargo propõe cotas nas universidades

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) disse na sexta-feira, no Plenário, que a comunidade negra do país está vigilante sobre os seus direitos e as conquistas que ainda precisa alcançar. O senador falou sobre a celebração do Dia Nacional da Consciência Negra, comemorada na quinta-feira passada, e de-

fendeu a reserva de vagas para negros nas universidades e outras medidas para combater o preconceito racial.

– Não creio que seja exagero expressar mais uma vez a satisfação de estar nesta tribuna para, em nome da comunidade negra e do movimento negro brasileiro, dividir a responsabilidade de resgatar, na homenagem

à memória de Zumbi dos Palmares, parte da nossa história e também nossa dignidade humana – avaliou o senador.

Eurípedes observou que a análise das chamadas políticas compensatórias, como a reserva de vagas para negros nas universidades e órgãos públicos, está no centro dos debates atuais sobre os direitos das co-

munidades negras.

– Penso até que essas políticas deveriam ser desnecessárias, mas o acúmulo histórico de desigualdades não permite que se abra mão desse instrumento, para diminuir as diferenças e para colocar na sociedade a discussão sobre o tema – disse. O parlamentar demonstrou esperança em novos tempos para os negros.



Waldemir Rodrigues

POLÍTICAS Para Eurípedes, medidas compensatórias ainda são necessárias



Waldemir Rodrigues

QUILOMBO Heloísa Helena homenageia os 308 anos da morte de Zumbi

Heloísa Helena relata coragem das escravas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) homenageou na sexta-feira, em Plenário, os 308 anos da morte de Zumbi dos Palmares, contando dois trechos relatados pelo escritor Eduardo Galeano sobre a combatividade das escravas fugitivas e exaltando o poder da liberdade. Ela disse que não teve oportunidade de ocupar a tribuna na quinta-feira passada para fazer a saudação pela data e nem sequer subir a Serra da Barriga, em seu estado, como faz todos os anos.

Ao relatar a primeira história, a senadora contou que uma das expedições de busca dos negros do Quilombo de Palmares retornou com duas cabeças de mulheres. Isso porque as escravas foram sendo cortadas aos poucos por se negarem a entregar os companheiros. "Elas se calaram, resistiram ao açoite, ao fogo, teimosamente mudas", sublinhou a senadora.

Na outra história, ela relatou a contribuição dessas escravas para a resistência dos fugitivos pelas florestas brasileiras. Segundo a senadora, antes de escapar, essas escravas roubavam sementes de milho e de abóbora, entre outras, e as escondiam nas enormes cabeleiras que serviam de celeiros. "Quando chegavam ao mato as semeavam garantindo alimento nos quilombos", afirmou.

Sarney defende maior participação dos negros

■ Presidente do Senado participa da abertura do 1º Encontro de Parlamentares Negros das Américas e Caribe

Durante o discurso de abertura do 1º Encontro de Parlamentares Negros e Negras das Américas e do Caribe, na sexta-feira, o presidente do Senado, José Sarney, defendeu a promoção do negro na sociedade brasileira, ressaltando que, "enquanto o negro não tiver o espaço que merece, o Brasil não será um país justo".

Afirmando que o Brasil é uma democracia racial que convive com enormes preconceitos, Sarney frisou que o país precisa mudar radicalmente o processo de recuperação das desigualdades. Ele citou dados sobre a situação da população negra no Brasil que mostram que "os negros, entre os pobres, são os mais pobres; entre os que não conseguem acesso à educação, a maioria; entre os



Gerardo Magela

PASSADO Injustiças históricas têm que ser reparadas, diz Sarney

doentes, os mais graves".

– A luta pela reparação da injustiça secular ainda levará muito tempo para se concluir. Alcançar a liberdade é alcançar a igualdade, é realizar e viver a plenitude da fraternidade – assinalou.

Sarney lembrou também que durante o período em que foi presidente da República (1985-1990), instituiu a Fundação Palmares, destinada a ser um suporte institucional das reivindi-

cações desse povo. Mencionou que, em 1999, convenceu-se da necessidade de implantar sistemas de cotas nas áreas de emprego público e educação, abrindo o debate sobre o assunto e apresentando projeto de lei nesse sentido.

O Encontro de Parlamentares Negros e Negras, encerrado ontem, foi promovido pelo Senado, Câmara dos Deputados e Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial.

Serys: libertação precisa ser construída

Com a passagem do Dia Nacional da Consciência Negra e da morte de Zumbi dos Palmares (20 de novembro), a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) registrou em Plenário, na sexta-feira, que a libertação do negro no Brasil ainda é um processo em construção e só será total quando houver o fim da discriminação. Por isso, a senadora considera que a data deve ser um dia de denúncia, protesto e resistência.

– Zumbi é um herói que se destaca na história do Brasil e não podemos, ao lembrá-lo, permitir que essa seja apenas uma data a mais. Temos que nos integrar às lutas da comu-



Célio Azeredo

RESISTÊNCIA Segundo Serys, população deve se integrar à luta da comunidade negra

nidade negra para que tenhamos um efetivo resgate da dívida que o Brasil tem com os africanos – declarou Serys.

A senadora defendeu essa postura por acreditar que até hoje os negros vivem em uma situação de cativeiro, por representarem 70% dos excluídos. Para ela, o mito da democracia racial é um engodo que impede os negros de tomarem consciência de sua condição.

Serys voltou a fazer referência a sua participação na campanha "Camélia da Liberdade", que defende o desenvolvimento de ações positivas favoráveis à comunidade negra, paralelamente à luta contra o racismo. Ou seja, para ela, também é importante divulgar atos que demonstrem a participação do negro na construção do país.

Fátima Cleide destaca criação de secretaria

Ao destacar a passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) assinalou a importância da criação, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da Secretaria Especial das Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A decisão, a seu ver, deu maior visibilidade à dimensão do problema do negro.

– Os negros ganharam um canal para que os movimentos sociais e o governo possam construir políticas públicas que atendam suas aspirações, justas e legítimas aspirações de um povo que no trabalho escravo forjou nossa rica cultura, presente em todos os cantos do país – afirmou Fátima.

A senadora por Rondônia lamentou que, segundo o Censo de 2000, dos 2,8 milhões de brasileiros matriculados em cursos superiores, apenas 0,23% eram negros. Ela explicou que o dado estatístico reflete a exclusão prematura do negro da escola.

Citando estudos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Fátima Cleide informou que a quantidade de negros na última série do ensino médio é reduzida pela metade, se comparada ao último ano do ensino fundamental.

Faculdade

Reconhecendo o esforço do governo em garantir a inclusão social da população negra, Fátima disse que é necessário acelerar a implementação de medidas como a experiência de cotas nas universidades.

Nesse sentido, a senadora cumprimentou a organização não-governamental Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural (Afrobras), que inaugurou recentemente a Faculdade de Administração Zumbi dos Palmares, em São Paulo, e que terá metade de suas vagas reservada para alunos negros.

PSDB é "brabo e coerente", afirma Virgílio

Ao saudar a convenção nacional do seu partido, realizada na sexta-feira, em Brasília, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a agremiação continua "unida e forte", inclusive em relação a

José Serra, novo presidente da legenda.

O senador disse que o partido tem vocação para ser governo e, quando perde uma eleição, "faz uma oposição firme, consistente,

mas com dignidade e em defesa dos interesses do país".

– O PSDB é brabo, mas é coerente – assinalou Arthur Virgílio, que considerou inúteis as "manobras palacianas" de tentar esvaziar o partido. Ele reconheceu que o PSDB perdeu alguns quadros, por ele considerados como "gorduras".

Pavan destaca a coesão do partido

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) louvou, em discurso na sexta-feira, a coesão partidária e política que, a seu ver, o PSDB estava demonstrando

durante a convenção nacional que elegeu o ex-ministro José Serra para presidente do partido.

Segundo Leonel Pavan, muitos integrantes do atual governo já começam a

entender os grandes avanços do país durante os oito anos de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, como a parceria do governo federal com estados e municípios e a estabilidade financeira e cambial.

– Essa conversa de herança maldita simplesmente não é verdade – acrescentou o parlamentar catarinense.

Luiz Otávio aplaude o programa Luz para Todos

■ Senador manifesta otimismo com a universalização da energia elétrica no país até 2008

Ao destacar o programa Luz para Todos, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) manifestou, na sexta-feira, otimismo com relação à universalização do acesso à energia elétrica pela população brasileira até 2008.

– A ministra Dilma Rousseff (de Minas e Energia) tem demonstrado competência. Estou otimista de que vamos conseguir luz para todos – declarou o parlamentar, para quem a ampliação da rede de energia deve atender a zona rural.

Em aparte, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse acre-



EMPENHO Luiz Otávio exalta atuação de Dilma Rousseff no Ministério de Minas e Energia

ditar que o programa vai permitir o atendimento a todas as pessoas que moram no campo.

Também apartando, o senador José Jorge (PFL-PE), ex-ministro de Minas e Energia, considerou que o programa é apenas uma continuidade do Luz

Fátima diz que projeto levará energia ao campo

Dez milhões de pessoas que vivem no meio rural e que não usufruem das facilidades provenientes da energia elétrica serão as principais beneficiadas, segundo destacou Fátima Cleide (PT-RO) em Plenário, na sexta-feira, com o programa Luz para Todos, lançado no último dia 11 pelo governo. A senadora qualificou a iniciativa como uma



Fátima Cleide lembra que Norte será região mais beneficiada

verdadeira política pública.

– Para muitos de nós, que moramos nas cidades e temos o conforto da geladeira e de outros eletrodomésticos, é inimaginável considerar milhares de famílias em completa escuridão – observou a senadora.

A Região Norte, disse Fátima Cleide, tem 59,7% de domicí-

lios não atendidos, enquanto no Nordeste a proporção é de 34,4%. A região amazônica, destacou, é uma das mais prejudicadas com relação à carência de energia elétrica, pois 41,2% dos habitantes de área rural do estado de Rondônia vivem sem luz.

Entre os benefícios imediatos do programa, a senadora mencionou a instalação de postos de saúde e de escolas e a compra de bens considerados essenciais, como geladeira e televisão.

– Os interesses de bancos e empresas de consultoria financeira estrangeiros parecem contrariados, mas também no governo surgiram vozes discordantes, não tanto pelo negócio em si, mas pelo efeito sobre os humores dos investidores externos.

Pedro Simon chamou atenção para o fato de, segundo disse, o governo não ter vindo a público em socorro do BNDES e de seu presidente. Conforme o senador essa "omissão" soa ainda mais estranha quando se constata que Lessa vem traduzindo com perfeição a agenda do governo Lula.

Simon explicou que, com o negócio, o BNDES passou a deter participação estratégica de 9,5% no bloco de controle da Vale, obtendo o direito a mais duas cadeiras no conselho de acionistas. Poderá agora votar em questões relativas à mineração e, principalmente, à siderurgia, de modo a consolidar a posição do Brasil no setor, em nível internacional. Na hipótese de vendas futuras dentro do bloco, com ameaça ao controle da companhia por grupos nacionais, o banco, por força de acordo de acionistas, terá direito de preferência na aquisição.

– Os interesses de bancos e empresas de consultoria financeira estrangeiros parecem contrariados, mas também no governo surgiram vozes discordantes, não tanto pelo negócio em si, mas pelo efeito sobre os humores dos investidores externos.



INICIATIVA Delcídio Amaral é um dos autores do requerimento para a audiência pública

Souza; o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), João Carlos de Luca; e o presidente da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Romero de Oliveira e Silva; entre outros.



ACERTO Pedro Simon elogia a compra de ações da Vale do Rio Doce pelo banco estatal

Simon defende o presidente do BNDES

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) saiu em defesa do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, que está sendo criticado por investidores estrangeiros em razão da compra de ações da Companhia Vale do Rio Doce pelo banco. Pelo preço de US\$ 47,57 por ação, foram adquiridos 10% do capital votante da Valepar, holding que controla a Vale, no valor total de R\$ 1,5 bilhão.

Simon explicou que, com o negócio, o BNDES passou a deter participação estratégica de 9,5% no bloco de controle da Vale, obtendo o direito a mais duas cadeiras no conselho de acionistas. Poderá agora votar em questões relativas à mineração e, principalmente, à siderurgia, de modo a consolidar a posição do Brasil no setor, em nível internacional. Na hipótese de vendas futuras dentro do bloco, com ameaça ao controle da companhia por grupos nacionais, o banco, por força de acordo de acionistas, terá direito de preferência na aquisição.

– Os interesses de bancos e empresas de consultoria financeira estrangeiros parecem contrariados, mas também no governo surgiram vozes discordantes, não tanto pelo negócio em si, mas pelo efeito sobre os humores dos investidores externos.

Pedro Simon chamou atenção para o fato de, segundo disse, o governo não ter vindo a público em socorro do BNDES e de seu presidente. Conforme o senador essa "omissão" soa ainda mais estranha quando se constata que Lessa vem traduzindo com perfeição a agenda do governo Lula.

Waldemir Rodrigues



Arthur Virgílio: legenda continua unida

Célio Azevedo



Pavan: avanços do governo FHC reconhecidos

Roosevelt Pinheiro

Infra-Estrutura debaterá gás natural e termelétrica

O gás natural e a geração termelétrica serão debatidos amanhã, em audiência pública, a partir das 10h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). O requerimento foi apresentado pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

O objetivo da comissão é obter esclarecimentos sobre a utilização do gás natural e da energia termelétrica como alternativa de segurança para minimizar os riscos de racionamento no Brasil. Será discutido ainda o livre acesso do transporte

de gás natural.

Deverão participar do debate o vice-governador da Bahia, Eraldo Tinoco; a secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Maria das Graças Silva Foster; e o superintendente de Comercialização e Movimentação de Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo (ANP), José Cesário de Cechi.

Também integram a lista de convidados para a audiência pública o gerente-geral da Petrobras Gás S.A. (Gaspetro), Djalma Rodriguez de

Mais rigor com motoristas infratores

O Código de Trânsito Brasileiro foi instituído pela Lei nº 9.503/97, em vigor desde 22 de janeiro de 1998. Com 341 artigos, o código trouxe novidades: regras mais rígidas na retirada da carteira de habilitação; obrigatoriedade de acessórios de segurança; inspeção dos veículos; multas e penalidades mais pesadas, prevendo inclusive a prisão para o mau condutor.

Estão previstas na lei quatro categorias de infração – leve, média, grave e gravíssima. Cada uma corresponde a um número de pontos que vão sendo somados no prontuário do veículo e do condutor. Quando as infrações somarem 20 pontos, o motorista terá sua carteira apreendida por um período que pode variar de um mês a um ano, e ele será obrigado a fazer curso de reciclagem.

Dirigir embriagado, transitar com velocidade acima de 20% da máxima permitida, deixar de prestar socorro a vítimas de acidentes ou deixar de dar preferência a pedestre na faixa são exemplos de infrações gravíssimas, que prevêm multa, suspensão do direito de dirigir e detenção de seis meses a três anos. São infrações graves não usar cinto de segurança, ultrapassar pelo acostamento e estacionar em fila dupla, por exemplo. Nesses casos, a lei prevê multa e retenção do veículo.

Em casos de vítimas fatais, o condutor estará sujeito a responder civil e criminalmente, podendo ser julgado por lesão corporal ou homicídio.

No Congresso Nacional tramitam vários projetos para mudar o Código de Trânsito, sugerindo penas mais rígidas para os condutores. Um deles, aprovado pela Câmara e em processo de exame pelo Senado, considera embriagado o motorista que apresentar três decigramas de álcool por litro de sangue. Se envolvido em acidente, o condutor pode pegar até seis anos de cadeia.



FISCALIZAÇÃO Equipamentos monitoram cumprimento de velocidade máxima da via

CIDADANIA ESPECIAL

Ano I – Nº 11 – Jornal do Senado – Brasília, segunda-feira, 24 de novembro de 2003

Acidente de trânsito, uma dor que pode ser evitada

O Brasil possui um alto número de mortes devido a acidentes de trânsito. Além da dor e do sofrimento das vítimas e de seus familiares, a violência no trânsito tem um custo social de R\$ 5,3 bilhões por ano para toda a sociedade, segundo levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e publicado este ano. Os prejuízos são relacionados aos gastos com saúde, previdência, Justiça, seguro e infraestrutura, entre outros.

Pesquisa do Ministério da

Saúde mostra que são mais de 30 mil mortes por ano nas estradas e avenidas brasileiras, e cerca de 350 mil feridos – boa parte com lesões irreversíveis. Isso faz com que o Brasil ocupe o quarto lugar no ranking mundial de acidentes de trânsito.

De acordo com a pesquisa, de janeiro a julho deste ano, os acidentes de trânsito consumiram entre 30% e 40% do que o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou com internações por causas externas, resultantes de acidentes e violência em geral.

Ainda mais chocante são as

revelações das causas por trás desses acidentes: uso de álcool e drogas, desrespeito às regras de trânsito e imprudência dos motoristas. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, em sua maior parte os acidentes ocorrem durante o dia, com tempo bom e em retas.

A redução desses números passa pela educação e conscientização de todos que transitam pelas vias do país. Por isso, nesta edição o Especial Cidadania traz informações para a promoção da paz no trânsito. Recorte e guarde.

Dicas para evitar acidentes

- Não fume nem use o celular enquanto dirige
- Ultrapasse somente pela esquerda
- Respeite o limite de velocidade
- Reduza a velocidade em caso de chuva
- Use equipamentos de segurança: cinto, capacete
- Não deixe objetos soltos dentro do carro
- Crianças só no banco de trás com cinto adequado à idade
- Faça a manutenção permanente do carro (freios, troca de óleo, calibragem dos pneus)
- Pedestres devem atravessar na faixa
- Mantenha distância do carro da frente
- Não diminua a velocidade para observar ocorrências externas, como acidentes

O que fazer em caso de acidente

- Não abandone o local do acidente
- Verifique o estado das vítimas feridas: respiração, batimentos cardíacos e sangramentos
- Solicite socorro pelos telefones 190 da Polícia Militar e 193 do Corpo de Bombeiros. Dê todas as informações sobre o local e o estado dos feridos
- Sinalize o local do acidente: pisca-alerta, triângulo, galhos ou lanterna
- Não tente levantar, sentar ou remover a vítima. Em caso de sangramento, comprima o ferimento com um pedaço de pano limpo para estancar a hemorragia
- Se o acidente ocorrer em local isolado, a vítima pode ser levada ao hospital em posição que permita manter a espinha ereta
- Se houver vazamento de combustível, use o extintor de incêndio
- Depois de prestar socorro, registre a ocorrência na delegacia de polícia mais próxima

Mais importante: não beba. O álcool é responsável pelo alto número de acidentes. A legislação permite no máximo 0,6 decigramas de álcool por litro de sangue (uma lata de cerveja). Motorista alcoolizado está sujeito a processo criminal.

José Cruz



PROTEÇÃO Traversia nas faixas de segurança é garantia para pedestres e motoristas

Endereços úteis

- Polícia Rodoviária Federal**
www.dprf.gov.br
Emergência: 191
- Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT)**
SAN Quadra 3, Lote A, Ed. Núcleo dos Transportes
70040-902 – Brasília (DF)
Tel: 0800 61-1535
www.dnit.gov.br
- Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)**
Esplanada dos Ministérios, Bl. T
70712-902 – Brasília (DF)
Tel: (61) 429-3565
www.denatran.gov.br
- Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)**
SCS Quadra 4, Bloco A, Ed. Vera Cruz, 1º andar
70304-913 – Brasília (DF)
Tel: 0800-610300
www.antt.gov.br
- Confederação Nacional dos Transportes (CNT)**
SAS Quadra 6, Bloco J
70070-916 – Brasília (DF)
Tel: 0800 78-2891
www.cnt.org.br
- Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP)**
Rua Augusta, 1626
01304-902 – São Paulo (SP)
Tel: (11) 3283-2299
www.antp.org.br
- Associação Nacional de Empresas de Transportes Públicos (NTU)**
SAS Quadra 6, Bloco J, Edifício Camilo Cola, 7º andar
70070-916 – Brasília (DF)
Tel: (61) 321-9293
www.ntu.org.br
- Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet)**
Rua Dr. Amâncio de Carvalho, 507, Vila Mariana
04012-090 – São Paulo (SP)
Tel: (11) 5539-3700
www.abramet.org.br
- Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Trânsito (ABDER)**
SCS Quadra 1, Bloco I, Conj. 1005 Ed. Central
70304-900 – Brasília (DF)
Tel: (61) 321-3109
www.abder.org.br

Seguro obrigatório garante indenização às vítimas

Mais conhecido como seguro obrigatório, o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) é pago pelo proprietário do carro junto com licenciamento anual. A finalidade é amparar vítimas de acidentes de trânsito em todo o país, independentemente dos culpados no episódio. O valor pago varia de

acordo com o veículo. Com o DPVAT, todas as vítimas de acidente – pedestre, passageiro ou motorista de veículo particular e coletivo – têm direito a uma indenização em caso de morte, invalidez ou nas despesas de assistência médica e suplementares. Por desconhecimento, muitos deixam de receber o dinheiro.

Para ter acesso à indenização, a vítima ou seu beneficiário (em caso de morte) deve dirigir-se a qualquer companhia seguradora. Para informações sobre os documentos necessários para dar entrada ao pedido, ligue para a Central de Atendimento DPVAT – 0800 22-1204 – de 2ª a 6ª-feira, das 8h às 20h, aos sábados, das 9h às 15h, ou pela Internet,

no site: www.dpvatseguro.com.br. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou um projeto de lei (PLS nº 104/02) para dispensar do DPVAT os donos de veículos que optem pelo seguro facultativo por danos causados a terceiros. A proposta aguarda o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.